

TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO

Identificação do Projeto

Projeto Sustentabilidade e Eficiência Energética nas edificações da Justiça Federal	
Gestor do Projeto Mônica Regina Ferreira Antunes	Ramal/E-mail do Gestor do Projeto 7094 – mantunes@cjf.jus.br
Gerente do Projeto Eva da Conceição Ferreira Brito	Ramal/E-mail do Gerente do Projeto 7097 – evabrito@cjf.jus.br
Processo Administrativo CJF-PRO-2015/00049	

Histórico de registro de versão do documento

Versão	Data	Autor	Descrição
1.0	<i>Data do histórico: dd/mm/aaaa</i>	<i>{Autor da elaboração/modificação}</i>	<i>{Elaboração do documento}</i>
{1.1}	<i>Data do histórico: dd/mm/aaaa</i>	<i>{Autor da elaboração/modificação}</i>	<i>{Motivo da modificação}</i>

Motivo do Encerramento

- Projeto concluído
 Projeto cancelado

Objetivo do Projeto

Estabelecer diretrizes a serem implementadas nos edifícios da Justiça Federal destinados à preservação ambiental e a racionalização do consumo de energia elétrica.

Produtos Entregues

Manual de Sustentabilidade e Eficiência Energética para as edificações da Justiça Federal
Resolução n. CJF-RES-2018/00479

Classificação do Aceite

{Selecionar a opção que melhor representa a avaliação final por parte dos beneficiários ou unidades demandantes em relação às entregas previstas neste relatório.}

- Aceite total
 Aceite parcial (com restrição)
 Não aceito

Pendências

Não há.

Registros das Lições Aprendidas

Fase	Área de Conhecimento	Categoria	Situação	Resultado Obtido	

Observações

Foi uma excelente experiência desenvolver um trabalho por projetos, com a efetiva participação de servidores das estabelecimento de fases e de prazos bem definidos, o que possibilitou aferir os resultados das etapas.

Considerações do Gestor do Projeto

A preocupação com a sustentabilidade está presente em todas as formas de produção e consumo. No caso da produção do espaço não é diferente. A sustentabilidade urbana depende de ações em várias escalas e no caso das edificações, em particular, é preciso incorporar seus conceitos, princípios e diretrizes ainda na fase de projetos. (1)

De acordo com o relatório do UNEP (*United Nations Environment Programme*), publicado em março de 2007, uma boa arquitetura e a economia de energia em prédios poderiam fazer mais pelo combate ao aquecimento global do que todas as restrições de emissão de gases de efeito estufa definidas no Protocolo de Kyoto. (1)

A elaboração de um manual orientativo para projetos, construção e reforma de edificações, com vistas a estabelecer parâmetros mínimos de sustentabilidade e eficiência energética a serem estabelecidos nas edificações da Justiça Federal foi só o primeiro desafio.

Aprovado o Manual de Sustentabilidade e Eficiência Energética nas Edificações da Justiça Federal na forma proposta, inicia o maior desafio: implementar as ações para sua aplicação, por meio da efetiva participação de técnicos de arquitetura e engenharia, gestores e magistrados, de modo que na produção ou renovação de edificações, não somente evitemos os danos ao meio ambiente, mas, sobretudo, promovamos soluções eficientes e ambientalmente sustentáveis.

(1) SUSTENTABILIDADE EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS: ENTRAVES E PERSPECTIVAS – Câmara do Deputados, autores diversos

Considerações do Gerente do Projeto

Participaram deste trabalho representantes dos TRFs das cinco regiões e do Conselho da Justiça Federal, conforme o estabelecido na Portaria n. CJF-POR-2015/484 de 10 de novembro de 2015, que instituiu o Grupo de Trabalho Sustentabilidade – GT5, com prazo de um ano para a conclusão dos trabalhos.

O GT5 realizou nove videoconferências para discussão e definição dos temas trabalhados e por limitações orçamentárias não conseguiu realizar reuniões presenciais.

Os participantes contribuíram na elaboração do Manual, dentro de suas áreas de atuação e na medida de suas experiências e área de formação.

Ao final dos trabalhos, foi compilado o material que deve ser de grande valia para utilização das áreas de projetos para as futuras obras da Justiça Federal.

Considerações do EPE

O Projeto foi acompanhado pelo Escritório de Projetos Estratégicos Nacional – EPEN, por meio do módulo de projetos do SEI, onde foi observado que as entregas e atividades planejadas foram realizadas dentro do custo e prazo planejado. O projeto cumpriu as etapas previstas no Manual de Gerenciamento de Projetos da Justiça Federal – MGP. Desta forma consideramos que o projeto foi concluído com sucesso.

Considerações dos Beneficiários / Unidade demandante

{A ser preenchido pelos beneficiários ou unidade demandante com os pontos relevantes e avaliação do projeto.}

Aprovação

Gerente do Projeto	Data	Assinatura
Gestor do Projeto	Data	Assinatura
Secretário-Geral/Diretor-Geral	Data	Assinatura

Recebimento

EPE	Data	Assinatura